



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 3301

**Presidente da Mesa Diretora:** Carlos Welth Pimenta de Figueiredo

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Repassa recursos, firma convênio, faz doação, concede subvenção, contribuição e ajuda financeira, destina as aplicações

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 24/01/1991

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 01/1991. Autoriza o Poder Executivo a prestar ajuda financeira à Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Morada do Parque, para a realização da "1ª Festa Ecológica" do bairro.

**Controle Interno – Caixa:** 21

**Posição:** 11

**Número de folhas:** 24

---

Espécie: PL  
Categoria: Repasse de recursos  
CX: 21  
ordem: 11  
nº fls: 8 + 1 estatuto

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

01/91

Autor: Prefeito Municipal

### Assunto:

Autoriza o Executivo a prestar ajuda financeira  
à Associação dos Moradores do Bairro Morada do  
Parque .

### MOVIMENTO

- 1 Recebido em 24.01.91
- 2 À Com. de Legislação e Justiça em 24.01.91.
- 3 *Apresentado em reunião de*
- 4 *Legislação - 29.01.91.*
- 5 *A Comissão - 29.01.91.*
- 6 *Registre-se -*
- 7
- 8
- 9
- 10

*Caixa*





# PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



*Assessoria*  
*Comissão*



PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 24 DE JANEIRO  
DE 1.991.

Autoriza o Poder Executivo a prestar ajuda financeira à Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Morada do Parque.

A Câmara Municipal de Montes Claros decreta e eu sanciono a seguinte lei: -

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer doação de recurso financeiro à Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Morada do Parque, no valor de Cr\$-150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros).

Parágrafo Único - A ajuda financeira de que trata o artigo será destinada à "1ª Festa Ecológica do Bairro Morada do Parque" que realizar-se-á nos dias 02 e 03 de fevereiro de 1.991, na quadra poliesportiva do bairro.

Artigo 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta própria do orçamento vigente.

Artigo 3º - A donatária deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta) dias, à Secretaria de Fazenda do Município, contados da publicação desta lei.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução desta lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém e declara.

Prefeitura de Montes Claros, 24 de janeiro de 1.991.

Mário Ribeiro da Silveira  
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE

EM 19 DE Jan DE 19 91

PRESIDENTE

A existência e legalidade  
e constitucionalidade  
para fins de  
é legal e constitucional  
Vencido Maciel

*[Signature]*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

APROVADO EM UNÍSSÃO DISCUSSÃO POR

VACÊNCIA

EM 19 DE Jan DE 19 91

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A SANÇÃO

EM 19 DE Jan DE 19 91

PRESIDENTE





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M.G.

Em, 24 de janeiro

de 1991.

Of. Nº: 0010/CJ-91

Assunto: Encaminha Projeto de Lei

Serviço: Consultoria Jurídica



Senhor Presidente,

O Projeto de Lei que ora submetemos ao exame de V. Exa. e dessa Casa Legislativa, tem por finalidade atender aos moradores do bairro Morada do Parque, através da sua Associação, que ali promoverá nos dias 02 e 03 de fevereiro do ano em curso, a "1ª Festa Ecológica do Bairro Morada do Parque"

Como é do conhecimento de V. Exa., face a uma realidade muito dura, principalmente aqui em nossa região, muito se tem incentivado às comunidades de modo geral, ao plantio de árvores e à preservação de áreas verdes já existentes.

A evidência, mentalizar e conscientizar a nossa comunidade sobre a importância do verde é sem dúvida um reforço ao nosso instinto preservador, fato imanente em cada um de nós.

Assim, aguardamos que V. Exa. e os dignos representantes dessa Casa possam em uníssono, darem aprovação a este Projeto que, precipuamente, visa ao atendimento de um idealismo comunitário.

Externamos a V. Exa. o nosso apreço e consideração.

Atenciosamente,

Mário Ribeiro da Silveira  
Prefeito Municipal

Exmº Sr.

Dr. Ivan José Lopes

MD. Presidente do Legislativo Municipal

N E S T A



## ATESTADO DE FUNCIONAMENTO

Atesto, para os devidos fins, que o(a) Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Morada do Parque,  
CGC n.º 21.364.229/0001-85

do Município de Montes Claros

, Minas Gerais,

com sede à Rua AV. "A"

n.º 1.647 ,

está em pleno e regular funcionamento, cumprindo as suas finalidades estatutárias, sendo a Diretoria em exercício, com vigência até 28 / 10 / 92 , constituída dos seguintes membros:

PRESIDENTE: Josecé Alves dos Santos

VICE-PRESIDENTE: Regina Célia F. Teixeira

1.º SECRETÁRIO: Mara Yanmar Narciso Cruz Oliveira

2.º SECRETÁRIO: João Vieira Neto

1.º TESOUREIRO: Cleunice Antunes de Souza

2.º TESOUREIRO: Joaquim Rodrigues Vidal

Montes Claros, 07 de novembro de 1.990

Local e Data

Assinatura, Autoridade Credenciada (Prefeito, Promotor de Justiça, Juiz de Direito da Comarca, Delegado de Polícia ou Autoridade Fazendária Federal, ou Estadual ou do Município)

*Dr. Mário Ribeiro da Silveira*  
Prefeito de Montes Claros

CARIMBO DA AUTORIDADE:

X

2 1364229/0002-8

6 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE SOCIAL

Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Morada do Parque

14 ENDEREÇO (RUA, PRACA, AV.)  
Avenida "A"

15 Nº 1647 16 Bairro Morada do Parque Montes Claros

17 CEP 39400-000 18 Município Montes Claros 19 UF MG

7 DADOS COMPLEMENTARES

22 ☒ PÚBLICA (P) ☐ PRIVADA (L)

23 ☒ MUNICIPAL (M) ☐ ESTADUAL (E) ☐ NACIONAL (N)

24 ☒ RELIGIOSA (R) ☐ LEIGA (L)

25 ☒ URBANA (U) ☐ RURAL (R)

26 ☒ PARCIAL (P) ☐ TOTAL (T)

8 ASPECTOS LEGAIS

27 DATA DA FUNDAÇÃO 24/09/81

28 REGISTRO EM CARTÓRIO: NÚMERO 3869 A 2 DATA 10 03 003 82

29 REGISTRO NO CDS Nº

30 VIGÊNCIA DO MANDATO INÍCIO 2-81 090 28 10 92

9 MOTIVOS DE CANCELAMENTO

32 CÓDIGO DE CANCELAMENTO 01 - EXTINÇÃO DA ENTIDADE

10 IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

33 NOME Josecé Alves dos Santos

34 ENDEREÇO (RUA, PRACA, AV.) Rua Cinco nº 673

35 Bairro Morada do Parque

36 CEP 39400-000 37 Município Montes Claros 38 UF MG

11 UNIDADES FILIAIS (UTILIZAR FOLHA À PARTE, SE NECESSÁRIO)

39 DENOMINAÇÃO

40 ENDEREÇO COMPLETO

41 DENOMINAÇÃO

42 ENDEREÇO COMPLETO

43 DENOMINAÇÃO

44 ENDEREÇO COMPLETO

12 CAPACIDADE MENSAL DE ATENDIMENTO (QUANTIDADE)

39



14 CÓDIGO DE ATIVIDADES ASSISTENCIAIS (ASSINALE COM "X" A QUADRICULA CORRESPONDENTE À ATIVIDADE PRINCIPAL)													
CÓDIGO	O - PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS	SEDE	UNID. FILIADAS				CÓDIGO	3 - ATIVIDADES	UNID. FILIADAS				
		00	38	39	40	41				00	38	39	40
001	DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÕES						345	HORTA COMUNITÁRIA					
002	DISTRIBUIÇÃO DE MANTIMENTOS						346	LAVANDERIA					
003	DISTRIBUIÇÃO DE Roupas						347	PRODUÇÃO DE ALIMENTOS					
004	DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS						348	MICROEMPRESA					
005	DISTRIBUIÇÃO DE PASSAGENS						349	OPERAÇÃO					
006	DISTRIBUIÇÃO DE ÓCULOS, APARELHOS AUDITIVOS E DENTADURAS						350	ASSISTÊNCIA					
007	DISTRIBUIÇÃO DE CADEIRA DE RODAS						351	CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO					
008	TRANSPORTE DE DOENTES						352	MELHORIAS URBANAS					
009	AUXÍLIO FUNERAL						353	MELHORIAS RURAIS					
010	OUTROS						358	OUTRAS					
1 - ALBERGAMENTO													
101	ORFANATO (DE 0 A 6 ANOS)						459	VACINAÇÃO CAMPAIGNAL DE PREVENÇÃO					
102	INTERNATO / PATRONATO						460	ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL					
103	PENSIÓNATO						461	ASSISTÊNCIA LABORATORIAL					
104	ALBERGUE NOTURNO						462	TERAPIA OCUPACIONAL					
120	ABRIGO						463	FISIOTERAPIA					
121	ABRIGO PARA IDOSOS						464	RAIO "X"					
122	VILA VICENTINA						465	SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS					
129	OUTROS						466	RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS E TOXICÔMANOS					
2 - EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL													
229	BERÇÁRIO (DE 0 A 2 ANOS)						467	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR					
230	MATERNA (DE 2 A 4 ANOS)						468	MATERNIDADE					
231	PRÉ-ESCOLAR (DE 4 A 6 ANOS)						469	ASSISTÊNCIA A DOENTES CRÔNICOS, IRRECUPERÁVEIS					
232	CRECHE (DE 0 A 6 ANOS)						475	OUTROS					
233	ESCOLARIZAÇÃO FORMAL						3 - DIVERSOS						
234	FORMAÇÃO DE EXCEPCIONAIS - APAES						576	REGISTRO CIVIL					
235	FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA						577	ENCAMINHAMENTO A EMPREGO					
236	TREINAMENTO E ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL						578	ASSISTÊNCIA JURÍDICA					
237	ATIVIDADES CULTURAIS E FOLCLÓRICAS	X					579	DEFESA DO CONSUMIDOR					
238	ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS						580	DEFESA AMBIENTAL E ECOLÓGICA					
239	CLUBE DE MÃES						581	DEFESA DOS INTERESSES DE ASSOCIADOS					
240	CLUBE DE JOVENS						582	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO					
245	OUTRAS						583	PLANEJAMENTO E PESQUISA					
							584	RECREAÇÃO E LAZER					
							890	OUTROS					

15 RESERVADO: IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA DA ENTIDADE DE AÇÃO SOCIAL

- 1- ☐ BENEFICENTE (ASSISTÊNCIA, RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DE GRUPOS CARENCIADOS)
- 2- ☒ DE MORADORES
- 3- ☐ PROFISSIONAL SINDICAL
- 4- ☐ DE INTEGRAÇÃO, DEFESA, PROMOÇÃO DE OUTROS GRUPOS
- 5- ☐ EDUCACIONAL, CULTURAL E ARTÍSTICA
- 6- ☐ PROMOÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE
- 7- ☐ ESPORTE E LAZER
- 8- ☐ OUTRA

16 INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

- 1 - O CADASTRO PARA REGISTRO DE ENTIDADES SOCIAIS, DEVE SER PREENCHIDO À MÁQUINA OU LETRA DE FORMA, EM 3 (TRÊS) VIAS E ENTREGUE SOB PROTOCOLO NA UNIDADE REGIONAL OU NA SEDE DA SECRETARIA.
- 2 - NÃO PREENCHER OS CAMPOS SOMBRADOS QUE SÃO PARA USO DA SECRETARIA.
- 3 - NO CASO DE COMUNICAÇÃO DE ALTERAÇÃO, PREENCHER OS CAMPOS 1, 2, 3, 6 E AQUELE OBJETO DA ALTERAÇÃO DEIXANDO OS DEMAIS EM BRANCO.
- 4 - NO PREENCHIMENTO DOS CAMPOS 12 E 14 MANTER A MESMA ORDEM DAS UNIDADES FILIADAS RELACIONADAS NO CAMPO 11.
- 5 - A 1ª VIA DESTA CADASTRO DEVIDAMENTE PROCESSADA CONSTITUI DOCUMENTO LEGAL DE REGISTRO DE ENTIDADE DE AÇÃO SOCIAL.
- 6 - SOMENTE EM CASO DE "BAIXA OU CANCELAMENTO" PREENCHER CAMPO 9.

17 PARA USO DA SECRETARIA

18 REPRESENTANTE LEGAL

DECLARO SEREM AUTÊNTICOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS E VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES ACIMA PRESTADAS.

07/11/90





SECRETARIA DE EST. DO TRABALHO  
E AÇÃO SOCIAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE AÇÃO SOCIAL  
RUA MATO GROSSO Nº 960 - BELA HORIZONTE - MG - CEP 30.190

NÃO PREENCHER  
EM CASO DE  
CADASTRO P

**CADASTRO PARA REGISTRO DE ENTIDADES  
DE AÇÃO SOCIAL - CPR**

2 PEDIDO DE:		3 ALTERAÇÃO DE:		RESERVADO	
REGISTRO	<input checked="" type="checkbox"/> 01	ENDEREÇO	05	CÓDIGO ATIVIDADE	10
ALTERAÇÃO	<input type="checkbox"/> 02	REPRESENTANTE LEGAL	06	ÂMBITO DE ATUAÇÃO	10
BAIXA	<input type="checkbox"/> 03	ESTATUTO OU ATO CONSTITUTIVO	07	NATUREZA	11
2ª VIA	<input type="checkbox"/> 04	DENOMINAÇÃO	08	ORIENTAÇÃO	12

2 1364229/0001-85

6 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE SOCIAL					
DENOMINAÇÃO					
Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Morada do Parque					
13					
14 ENDEREÇO (RUA, PRACA, AV.)					
Avenida "A"					
15 NÚMERO					
1647					
16 BAIRRO					
Morada do Parque					
17 TELEFONE					
18 CÓDIGO MUNICÍPIO					
19 MUNICÍPIO					
Montes Claros					
20 C.A. POSTAL					
21 CEP					
39400					

7 DADOS COMPLEMENTARES					
22 NATUREZA			23 ÂMBITO DE ATUAÇÃO		
<input checked="" type="checkbox"/> PÚBLICA (1) <input type="checkbox"/> PRIVADA (2)			<input checked="" type="checkbox"/> MUNICIPAL (M) <input type="checkbox"/> ESTADUAL (E) <input type="checkbox"/> NACIONAL (N)		
24 ORIENTAÇÃO			25 LOCALIZAÇÃO		
<input checked="" type="checkbox"/> RELIGIOSA (R) <input type="checkbox"/> LEIGA (L)			<input checked="" type="checkbox"/> URBANA (U) <input type="checkbox"/> RURAL (R)		
26 RECEBIMENTO POR SERVIÇOS			27		
<input checked="" type="checkbox"/> PARCIAL (P) <input type="checkbox"/> GRATUITO (G)					

8 ASPECTOS LEGAIS					
27 DATA DA FUNDAÇÃO					
24/09/81					
28 REGISTRO EM CARTÓRIO					
3869 A2 100300382					
29 REGISTRO NO CNSS Nº					
30 VIGÊNCIA DO MANDATO					
281090 281092					
31 DECRETOS DE UTILIDADE PÚBLICA					
MUNICIPAL Nº					
DATA					
ESTADUAL Nº					
DATA					
FEDERAL Nº					
DATA					

9 MOTIVOS DE CANCELAMENTO					
32 CÓDIGO DE CANCELAMENTO					
01 - EXTINÇÃO DA ENTIDADE 02 - TRANSFERÊNCIA PARA OUTRA ENTIDADE 03 - IRREGULARIDADE LEGAL					

10 IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL					
33 NOME					
Josecé Alves dos Santos					
34 CARGO					
Presidente					
35 ENDEREÇO COMPLETO (RUA, PRACA, AV.)					
Rua Cinco nº 673					
36 BAIRRO					
Morada do Parque					
37 CEP					
39400					
38 CÓDIGO MUNICÍPIO					
MUNICÍPIO					
Montes Claros					
39					
18838952604					

11 UNIDADES FILIADAS (UTILIZAR FOLHA À PARTE, SE NECESSÁRIO)					
38 DENOMINAÇÃO					
ENDEREÇO COMPLETO					
39 DENOMINAÇÃO					
ENDEREÇO COMPLETO					
40 DENOMINAÇÃO					
ENDEREÇO COMPLETO					
41 DENOMINAÇÃO					
ENDEREÇO COMPLETO					

12 CAPACIDADE MENSAL DE ATENDIMENTO (QUANTIDADE)					
FAIXA ETÁRIA					
SEDE					
00					
38					
UNIDADES FILIADAS					
39					
40					
41					
0 A 2 ANOS					
3 A 5 ANOS					









SECRETARIA DE SAÚDE

SUPERINTENDENTE

RUA MATO GROSSO Nº 50

NOME DO ENREGISTRADO  
EM CLASSE DE  
MATRÍCULA INICIAL

NÚMERO DO REGISTRO

CADASTRO PARA REGISTRO DE ENTIDADES  
DE AÇÃO SOCIAL

2		PROFISSIONAL DE:		3		4		RESERVA	
REGISTRO	X	01	ENDEREÇO	05	COÓRDE ATIVIDADE	08	CAA		
ALTERAÇÃO		02	REPRESENTANTE	06	ÂMBITO DE ATUAÇÃO	10			
BAIXA		03	ESTATUTO OU OUTRO	07	NATUREZA	11	5 CGC / MF		
23 VIA		04	DENOMINAÇÃO	08	ORIENTAÇÃO	12			
2 1364229/0001-85									
6 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE SOCIAL									
13 DENOMINAÇÃO Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Morada do Parque									
14 ENDEREÇO (RUA, PRAÇA, AV) Avenida "A"									
15 NÚMERO 1647									
16 BAIRRO Morada do Parque Montes Claros									
17 TELEFONE									
18 LOCALIDADE									
19 MUNICÍPIO Montes Claros									
20 CAA									
21 CEP 39400									
7 DADOS COMPLEMENTARES									
22 NATUREZA <input checked="" type="checkbox"/> PÚBLICA (1) <input type="checkbox"/> PRIVADA (2)									
23 ÂMBITO DE ATUAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> MUNICIPAL (M) <input type="checkbox"/> ESTADUAL (E) <input type="checkbox"/> NACIONAL (N)									
24 ORIENTAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> RELIGIOSA (R) <input type="checkbox"/> LEIGA (L)									
25 LOCALIZAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> URBANA (U) <input type="checkbox"/> RURAL (R)									
26 RECEBIMENTO POR SERVIÇOS <input checked="" type="checkbox"/> PARCIAL (P) <input type="checkbox"/> GRATUITO (G)									
8 ASPECTOS LEGAIS									
27 DATA DA FUNDAÇÃO 24/09/81									
28 REGISTRO EM CARTÓRIO NÚMERO 3869 A 2 DATA 10/03/03 82									
29 REGISTRO NO CNSS Nº									
30 VIGÊNCIA DO MANDATO INÍCIO 28/10/92									
31 DECRETOS DE UTILIDADE PÚBLICA									
MUNICIPAL Nº DATA									
ESTADUAL Nº DATA									
FEDERAL Nº DATA									
9 MOTIVOS DE CANCELAMENTO									
32 CÓDIGO DE CANCELAMENTO 01 - EXTINÇÃO DA ENTIDADE 02 - TRANSFERÊNCIA P/ OUTRA ENTIDADE 03 - IRREGULARIDADE LEGAL									
10 IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL									
33 NOME Josecê Alves dos Santos									
34 CARGO Presidente									
35 ENDEREÇO COMPLETO (RUA, PRAÇA, AV) Rua Cinco nº 673									
36 BAIRRO Morada do Parque									
37 CEP 39400									
38 CÓDIGO MUNICÍPIO Montes Claros									
39 CPF 188.389.526-04									
11 UNIDADES FILIADAS (UTILIZAR FOLHA À PARTE, SE NECESSÁRIO)									
38 DENOMINAÇÃO									
39 ENDEREÇO COMPLETO									
40 DENOMINAÇÃO									
41 ENDEREÇO COMPLETO									
12 CAPACIDADE MENSAL DE ATENDIMENTO (QUANTIDADE)									
38 SEDE									
39 UNIDADES FILIADAS									
40 (CONF. CAMPO 11)									
41									
13 ATIVIDADE PRINCIPAL									

Instituições e partes comuns do Conjunto Habitacional Morada do Parque



1*	PARA USO DA SECRETARIA	18	REPRESENTANTE LEGAL
		DECLARO QUEM ASSINOU OS DOCUMENTOS REPRESENTANDO A	
		EMPRESA	
		Montes Claros	07/11/90
		Josécé Alves dos Santos	
		Presidente	100.89326-04



Ata da Assembleia Geral Ordinária para eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e Departamentos da Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional da Morada do Parque para o biênio 90/92.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de outubro do ano de 1990, reuniram-se os moradores do Conjunto Habitacional da Morada do Parque, para eleição da Diretoria Administrativa, Conselho Fiscal e dos Departamentos para o biênio outubro/90 a outubro/92. Presidiu a Assembleia o Sr. Geraldo dos Santos auxiliado por Sras. Eliomar Cavalcanti Resende e Marília Inês Pinheiro Alves. Apurados os votos, obteve-se o seguinte resultado: Votaram 197 (cento e noventa e sete) moradores, apurando 185 (cento e oitenta e cinco) votos a favor da chapa denominada "Namorada do Parque"; 07 (sete) votos brancos e 05 (cinco) votos nulos. Foi empossada a Diretoria eleita que é a seguinte: Presidente: Joseci Alves dos Santos; Vice-Presidente: Regina Célia F. Teixeira; 1º Secretário: Mara Yannmar Narciso Cruz Oliveira; 2º Secretário: João Vitor Ucho; 1º Tesoureiro: Cleonice Antunes de Souza; 2º Tesoureiro: Joaquim Rodrigo Vidal; Diretor de Esportes: Reginaldo Ferreira de Sousa Junior; Vice Diretor de Esportes: Jefferson Maria de Sousa; Diretor Social: Angela Maria Alves Viana; Vice Diretor Social: Matilda Maria Marques. O Conselho Fiscal ficou assim constituído: Daudt Costa Queiroz, Paulo Cesar Botelho, Geraldo José Alves Ribeiro, Edvaldo Francisco de Sousa, Margareth Martins Lima e José Mirani Afonso Filho. Estando empossados, a Diretoria que encerra seu mandato entregou os seguintes livros e documentos: 01 caixa contendo documentos das diretorias anteriores; Pasta de recibos (88/90) Pasta de Despesas (88/90) Pasta de Escrituras, Pasta de Declaração do Imposto de Renda, Pasta de Certidões, Contratos, Xerox e diversos, Pasta de



livro Diário, livro Razão, livro Caixa, Carimbo C.G.C.,  
Carimbo da Associação, livro de Atas, livro de Presença em  
Votações, livro de Presença em Reuniões, Pega de Tecido,  
1 área de 5.300 m<sup>2</sup>, 1 área com 4600 m<sup>2</sup>, quarenta e cinco  
(45) cadeiras de plástico, Duas (2) cadeiras estofadas, (1)  
uma cadeira, digo, poltrona com (3) três assentos, (1) uma  
máquina, digo, mesa para máquina de escrever, uma (1)  
mesa de escritório, uma (1) máquina de escrever, um  
(1) Ventilador, um (1) mimeógrafo a álcool, um (1)  
armário de aço com 5 gavetas, uma estante de madeira,  
um (1) armário de aço, uma (1) cadeira giratória e  
a importância de R\$ 13.221,18 (Treze mil, duzentos  
e vinte e um cruzeiros e dezoito centavos). A Diretoria  
recentemente empossada submeterá a conferência dos livros,  
Bens Patrimoniais e numerários relativos à aprovação  
do Conselho Fiscal e Assembleia Geral que será  
convocada posteriormente para a finalidade de  
aprovação das contas e atos da Diretoria anterior.  
Foi lembrado pelo ex-Presidente a existência de bens  
da Diretoria de Esportes que serão relacionados e  
entregues a Diretoria recentemente empossada em data  
posterior. Foi lembrado que o nome correto da  
1ª Secretária é Mara Yammar Nacaso Cruz Siqueira e  
não como consta anteriormente. Nada mais havendo  
a constar, eu, João Vitor Neto, convidado pelo Presi-  
dente da Assembleia para secretariar os trabalhos, lavrei  
esta ata que após lida e discutida e aprovada para  
assinada pela Diretoria recentemente empossada e pelo  
Sr. Ex-Presidente e Vice-Presidente da Diretoria que  
ora encerra seu mandato, e Presidente e membros da Assembleia.

Em Montes Claros, 28 de outubro de 1990

João Vitor Neto - Presidente

Reynold Antonio da Silva - 1ª Secretário

Regina Lídia F. Teixeira

Vice-Presidente



Maria Yaurimar Laroza da Cruz - plebeia - secretária  
 J. Maria dos Santos - Diretora Social  
 J. Maria dos Santos - 2º Tesoureiro  
 J. Maria dos Santos - Director Esportes  
 J. Maria dos Santos - Conselho Fiscal  
 J. Maria dos Santos - Conselho Fiscal  
 J. Maria dos Santos - Vice Director Esportes  
 J. Maria dos Santos - 2º Secretário  
 J. Maria dos Santos - Conselho Fiscal  
 J. Maria dos Santos - Presidente da A  
 J. Maria dos Santos - Auxiliar da Assembleia  
 J. Maria dos Santos - Auxiliar na Assembleia Geral  
 J. Maria dos Santos - Vice Director Social  
 J. Maria dos Santos - Conselho Fiscal  
 J. Maria dos Santos - Ex-Presidente

GGSTÃO 90/92

Na da primeira reunião da diretoria da festa 90/92, a  
 30 dias do mes de outubro de 1990 foi discutida a proposta  
 de guinar e destituir do cargo de diretor de esportes em favor  
 de Jefferson, vice diretor de esportes. Ele não comunicou em  
 uma próxima reunião.

Foi dada a posse dos coordenadores dos departamentos:  
 esporte: Jefferson; cultura e lazer: Regina; meio ambiente e  
 ecologia: Lilia e administrativa: Joci

Foi requerida a criação de um conselho para resolver  
 questões locais e internas. Será discutido em próxima re  
 o conselho fiscal examinará as contas através de um  
 contador, e em 30 dias a comunidade tomará conhecimento.  
 Geraldo comunicará a diretoria da escola, para fazer  
 a impossibilidade da rede da associação abrigar alunos



Joerges

- 1) Nita
- 2) Valdo
- 3) Daudt
- 4) Jefferson
- 12) Josee (now down)
- 11) Terry
- 12) Lindora

1) Leonora

4) Cora

1) ~~Yt~~

1) ~~Yt~~

2) ~~Yt~~

13) Olia

~~(Josee)~~

12)

10)

- 1) Leonora
- 2) Lindora
- 4) Hato Hato
- 3) Joerges
- 2) Lindora



Entidade sem fins lucrativos,  
pública sem remuneração  
dos de diretores ou de  
a um conselho.

**Associação de Moradores  
do  
Conjunto Habitacional  
Morada do Parque**

**ESTATUTO SOCIAL**

**1ª EDIÇÃO  
1985**



## CAPÍTULO I

### Da Constituição - Séde - Área de Ação

Art. 1º - Com denominação de ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL "MORADA DO PARQUE" - AMCHMP - fica constituída nesta data sob forma de Sociedade Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, organizada exclusivamente para a prestação de serviços Sócio-Comunitários aos moradores do Conjunto Habitacional "Morada do Parque" - situado no Bairro "Morada do Parque" no município de Montes Claros à comunidade circunvizinha.

Art. 2º - A Associação de Moradores terá séde e administração na cidade de Montes Claros, e fôro na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, à Avenida "A" nº 1.647, Bairro "Morada do Parque".

Art. 3º - A Associação terá tempo de duração indeterminado e sua área de ação será limitada ao município.

## CAPÍTULO II

### Dos Objetivos

Art. 4º - A Associação de Moradores (AM) terá como objetivo básico congregiar os habitantes do Conjunto Habitacional "Morada do Parque" em torno de seus problemas fundamentais, buscando a solução destes problemas promovendo o seu desenvolvimento comunitário, bem como o da comunidade em que está inserido e proporcionando a seus associados condições adequadas para plena realização das funções de habitar, trabalhar, recrear e de se desenvolver.

Art. 5º - Terá também como uma de suas funções básicas, administrar as partes comuns do Conjunto Habitacional, zelando pela sua conservação e pela manutenção de sua infra-estrutura urbana.

Art. 6º - O presente Estatuto poderá ser modificado, observado o que dispõe o Art. 22, desde que as modificações a serem introduzidas obedeçam aos objetivos sociais da comunidade.

Art. 7º - Para a execução de suas diretrizes, a Associação de Moradores poderá realizar convênios com quaisquer entidades públicas ou privadas, visando a conjugação de recursos para a consecução de seus objetivos.

Art. 8º - A Associação de Moradores, no atendimento a seu plano de ação se propõe a:

a) Administrar as partes comuns do Conjunto Habitacional "Morada do Parque";

b) Estudar as condições sociais da comunidade em busca de soluções que visem o seu desenvolvimento;

c) Reinvidicar junto aos órgãos públicos, melhorias e/ou reparos referentes a urbanização e infra-estrutura em benefício da comunidade;

d) Planejar e promover atividades que tenham como objetivo o atendimento das necessidades da população nas áreas de educação, saúde, lazer comunicação e segurança;



e) Orientar os associados nos serviços que visem melhorias em suas unidades habitacionais;

f) Colaborar com órgãos públicos ou privados responsáveis pelos serviços de infra-estrutura urbana;

g) Promover os meios ou recursos que visem a realização dos interesses da população;

h) Colaborar com entidades que atuem na área social e que possam trazer benefícios à população.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A Associação de Moradores, para execução e desenvolvimento de suas atividades, poderá contratar serviços e assistências necessárias, no limite de suas possibilidades financeiras.

### **CAPÍTULO III**

#### **Dos Sócios, Seus Direitos e Deveres**

**Art. 9º** - O quadro social compor-se-á das seguintes categorias de sócios:

a) Sócios Proprietários-Contribuintes - são aqueles que, além de titulares do domínio do imóvel residencial localizado no conjunto habitacional "Morada do Parque", em suas diversas etapas de construção, se vinculem espontaneamente a Associação de Moradores, contraindo a obrigação de pagar as mensalidades e/ou taxas fixadas pela entidade, bem como seus respectivos cônjuges;

b) Sócios Dependentes - qualquer habitante digo, os filhos menores de 18 anos dos sócios-proprietários contribuintes e sócios contribuintes contribuirão a categoria de sócios dependentes;

c) Sócios Contribuintes - qualquer habitante do município que se vincula a Associação de Moradores contraindo a obrigação de pagar as mensalidades e/ou taxas fixadas pela entidade;

d) Sócios Beneméritos - são aqueles a quem a Associação de Moradores deseje homenagear por terem prestado relevantes serviços a entidade.

**Art. 10º** - São direitos dos sócios: a) Frequentar a sede da Associação, participar de suas atividades; b) Participar das Assembléias Gerais e exercer o direito de votar e ser votado; c) Propor candidatos a sócios assinando as respectivas propostas; d) Ser eleito para qualquer cargo de acordo com o Estatuto; e) Propor por escrito ou verbalmente à Diretoria quaisquer medidas de proveito para o Conjunto Habitacional "Morada do Parque" e/ou para as comunidades; f) Recorrer das atas de Diretoria quando as julgar prejudiciais aos seus direitos; g) Requerer informações sobre assuntos que lhe digam respeito; h) Solicitar esclarecimentos sobre atividades da Associação, sendo lhes facultado consultar na sede Administrativa, dentro do mês que anteceder à Assembléia Geral Ordinária, o relatório da Diretoria, o Balanço Geral e Orçamento Anual, o Parecer do Conselho Fiscal e os Livros da Sociedade.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os direitos estabelecidos nos itens 3, 4, 5, 7 e 8 deste artigo são exclusivos dos sócios proprietários-contribuintes e sócios contribuintes.



Art. 11º - São deveres dos Sócios: a) Acatar as Atas da Assembléia Geral e da Diretoria; b) Obedecer às disposições dos Estatutos e do Regimento Interno; c) Cooperar com todas as atividades que visem o cumprimento dos objetivos dos quais a Associação propõe; d) Pagar dentro dos prazos previstos pela Associação de Moradores, as mensalidades e/ou taxas fixadas pela entidade.

Art. 12º - Perde-se a condição de sócio - a) Pela demissão; b) Pela exclusão; c) Pelo falecimento.

Art. 13º - A demissão será concedida mediante pedido expresso pelo sócio, anotando-se o ato respectivo no Livro de Registro de Associados com a assinatura do demissionário e os representantes legais da Associação.

Art. 14º - O descumprimento de qualquer disposição deste Estatuto ou a prática de ato lesivo dos interesses da, digo e objetivos da Associação, implicará na exclusão do associado, por ato da Diretoria, cabendo recurso à Assembléia Geral, no prazo de 15 (quinze dias).

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Decorrido o prazo de interposição de recurso, ou se este for denegado pela Assembléia Geral, efetivar-se-á a exclusão mediante termo lavrado no Livro de Registro de Associados, com transcrição das circunstâncias que motivaram a exclusão.

Art. 15º - Ocorrendo o falecimento do associado proprietário-contribuinte, seus direitos e obrigações transmitem-se ao(s) seu(s) herdeiro(s) ou sucessor(es) legítimo(s), mediante registro de fato no Livro competente.

## **CAPÍTULO IV**

### **Da Estrutura e Competência dos Órgãos que Administram a Associação**

Art. 16º - A Associação de Moradores exercerá suas funções através dos seguintes órgãos: a) Assembléia Geral; b) Diretoria; c) Conselho Fiscal.

Art. 17º - A Assembléia Geral é o órgão máximo da Associação de Moradores e reunir-se-á, ordinariamente, observadas as formalidades legais e as disposições do presente Estatuto.

Art. 18º - A Assembléia Geral Ordinária realizar-se-á, anualmente, dentro dos 3 (três) meses seguintes ao término do exercício social, o qual coincidirá com o exercício civil.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Não é permitida a representação por procuração.

Art. 19º - Compete a Assembléia Geral Ordinária deliberar sobre: a) As contas e o balanço geral da associação; b) o relatório da Diretoria e parecer do Conselho Fiscal; c) Eleição dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal; d) O Orçamento Anual da Receita e Despesa da Associação; e) Fixação no valor da mensalidade de manutenção tendo em vista proposição da Diretoria da Associação de Moradores; f) Quaisquer assuntos de interesses da Associação constantes do Edital de Convocação.

Art. 20º - A Diretoria comunicará com antecedência mínima de 30



(trinta) dias da data marcada para a realização da Assembléia Geral Ordinária, na forma do Art. 24º, que se acham a disposição dos sócios: a) Relatório da Diretoria; b) Balanço Geral de Contas; c) Parecer do Conselho Fiscal; d) Orçamento Anual de Receita e Despesa.

Art. 21º - A Assembléia Geral Extraordinária será convocada a qualquer tempo, pela Diretoria ou pelo Conselho Fiscal ou ainda por requerimento de 1/5 (um quinto) dos sócios proprietários-contribuintes e sócios contribuintes.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O requerimento dos sócios para convocação de Assembléia Geral Extraordinária deverá ser devidamente fundamentado.

Art. 22º - Compete à Assembléia Geral Extraordinária, e mediante aprovação de 2/3 (dois terços) dos sócios deliberar sobre: a) Reforma do Estatuto; b) Destituição de qualquer membro a órgão administrativos; c) Apreciar e decidir sobre os recursos apresentados por associados excluídos; d) Deliberar sobre qualquer assunto de interesse da comunidade.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Não é permitida a representação por procuração.

Art. 23º - As Assembléias Gerais de realização em primeira convocação, com 2/3 (dois terços) dos sócios proprietários-contribuintes e sócios contribuintes no mínimo em segunda convocação, a ser realizada 30 (trinta) minutos após a primeira, com metade mais um, e, em terceira e última convocação, 30 minutos após a fixada para a segunda, com a presença mínima de 10 (dez) sócios proprietários-contribuintes e sócios contribuintes.

Art. 24º - A convocação de qualquer Assembléia Geral será feita mediante comunicação aos associados, através de cartas protocoladas enviadas a seus respectivos endereços com antecedência de, pelo menos 10 (dez) dias e através de editais afixados na sede da entidade.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A Assembléia Geral será realizada na sede da Associação. Em caso de força maior poderá efetuar-se em outro local desde que na mesma cidade em que a Associação tenha sede, devendo o respectivo Edital indicá-lo com clareza.

Art. 25º - Cada sócio terá direito a apenas um voto na Assembléia Geral.

Art. 26º - Os presentes à Assembléia Geral deverão provar sua qualidade de sócio e assinar o Livro de Presença.

Art. 27º - O sócio não terá direito quando: a) Admitido na Associação depois da convocação da Assembléia Geral; b) A Assembléia Geral tiver que deliberar sobre assunto que refira ao próprio sócio; c) Em atraso na sua mensalidade por período superior a 1 (um) mês.

Art. 28º - As decisões da Assembléia Geral obrigam a todos os sócios ainda que discordantes ou ausentes.

Art. 29º - A Diretoria, observado o que dispõe o Parágrafo Único do Art. 10º será formada de 1 (hum) Presidente, 1 (hum) Vice Presidente, 1 (hum) 1.º Secretário, 1 (hum) 2.º Secretário, 1 (hum) 1.º Tesoureiro, 1 (hum) 2.º Tesoureiro, 1 (hum) Diretor de Esportes, 1 (hum) Vice Diretor de Esportes, 1 (hum) Diretor Social, todos eleitos em Assembléia



Geral Ordinária, por um período de 2 (dois anos) permitida a reeleição somente por mais um biênio da metade de seus membros. A Diretoria será necessariamente composta de sócios comprovadamente moradores do Conjunto Habitacional.

Art. 30º - Compete a Diretoria: a) Elaborar o Regimento Interno, b) Dirigir e Administrar a entidade, c) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, o Regimento Interno, bem como as deliberações das Assembléias Gerais, d) Reunir-se em secção, pelo menos 01 (uma) vez por mês, e) Elaborar as propostas de despesas extraordinariamente submetendo-as à apreciação do Conselho Fiscal que, em caso de aprovação, será sempre "ad-referendum" da Assembléia Geral, respeitado o limite estabelecido no Art. 36º, item 5, ou a apreciação da Assembléia Geral quando o valor de tais despesas ultrapassar tais limites, f) Admitir ou demitir empregados quando julgar conveniente, g) Zelar pelos interesses do Conjunto Habitacional e da Comunidade, h) Convocar a Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 31º - Compete ao Presidente: a) Representar a entidade em todas as Atas Oficiais, administrativas e judiciárias. Juntamente com qualquer outro membro da Diretoria, a nomear quem o represente, b) Presidir secções da Diretoria, c) Autorizar o pagamento das despesas normais da Associação de Moradores, d) Assinar as Atas de Assembléias da entidade, depois da votação e do registro de assinatura no Livro de Presença, e) Assinar a correspondência da entidade, f) Assinar com o tesoureiro, todas as operações bancárias, g) Recorrer as soluções da Diretoria, que julgar contrárias aos interesses da entidade ou em desacordo com o Estatuto, apelando à Assembléia Geral, se necessária, h) Fazer cumprir as determinações deste Estatuto.

Art. 32º - Compete ao Vice-Presidente: a) Substituir o Presidente em seu impedimento, b) Participar do planejamento e execução das atividades da entidade, juntamente com o Presidente.

Art. 33º - Compete ao 1º Secretário: a) Administrar e/ou executar todo o serviço de competência da secretaria, b) Redigir e lavrar as Atas das Assembléias Gerais e das secções da Diretoria, c) Substituir o Vice-Presidente em seu impedimento eventual.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Compete ao 2º Secretário: a) Auxiliar o 1º Secretário em seus impedimentos eventuais.

Art. 34º - Compete ao 1º Tesoureiro: a) Responder por todo o trabalho da tesouraria, b) Manter sob sua responsabilidade todos os bens e valores da entidade, c) Assinar os recibos relativos à cobertura de mensalidades, subvenções e doações, e legadas, d) Apresentar mensalidade à Diretoria, o Balancete Mensal da Receita e Despesas, e) Depositar em estabelecimento bancário escolhido em reunião de Diretoria, toda a receita da entidade não sendo permitido ter em caixa importância superior à do salário mínimo para atender as despesas de expedientes, f) Efetuar todos os pagamentos da entidade, g) Assinar com o Presidente todas as operações bancárias.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Compete ao 2º Tesoureiro: a) Auxiliar o 1º Tesoureiro, b) Substituir o 1º Tesoureiro em seus eventuais impedimentos.



**Art. 35º** - Compete ao Diretor Social: a) Programar, divulgar e promover atividades sócio-culturais junto a comunidade.

**Art. 36º** - Compete ao Diretor Esportivo: a) Cuidar da implementação e desenvolvimento da prática esportiva no conjunto.

**Art. 37º** - O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros efetivos de igual número de suplentes, eleitos em Assembléia Geral Ordinária. O Conselho Fiscal será necessariamente composto de sócios comprovadamente moradores do Conjunto Habitacional, sendo constituído de sócios proprietários-contribuintes.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O Conselho Fiscal terá mandato de 01 (um) ano, não sendo permitida a reeleição dos membros que tiverem efetivo exercício.

**Art. 38º** - São atribuídos ao Conselho Fiscal: a) Fiscalizar a Contabilidade da Associação, verificando qualquer momento, o saldo de caixa e, obrigatoriamente ao menos uma vez por mês, b) Examinar e emitir parecer sobre os Balancetes, c) Examinar e emitir parecer sobre as contas e relatórios anuais da Diretoria, bem como sobre o Balanço Geral, d) Examinar lucros, documentos, correspondências e fazer inquéritos, e) Aprovar, "ad-referendum" da Assembléia Geral, a efetivação das despesas extraordinárias até o limite de 05 (cinco) salários mínimos que, por sua urgência não possam aguardar a realização da Assembléia Geral, f) Convocar a Assembléia Geral Extraordinária.

## **CAPÍTULO V**

### **Do Patrimônio**

**Art. 39º** - Farão parte do patrimônio da entidade:

- 1) - Seus bens móveis e imóveis;
- 2) - Reservas, contribuições, legadas ou verbas especiais;
- 3) - Áreas remanescentes do Programa da Cooperativa Habitacional, bem como as destinadas a equipamentos comunitários e outros imóveis a serem recebidos em doação.

**Art. 40º** - A alienação ou oneração de qualquer imóvel integrante do patrimônio da entidade, deverá ser aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada, mediante deliberação de 2/3 (dois terços) da totalidade de sócios proprietários-contribuintes e sócios contribuintes.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A alienação ou oneração de bens adquiridos na forma do item 3º do Artigo 38º exigirá a aprovação em Assembléia Geral Extraordinária por 2/3 (dois terços) da totalidade de sócios proprietários contribuintes e o produto da alienação, quando for o caso, será rateado entre esses mesmos sócios na forma prevista no § 3º Art. 42.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quanto aos demais bens integrantes do patrimônio da entidade, no caso de alienação, o produto da venda será rateado, em partes iguais entre os sócios proprietários-contribuintes e sócios contribuintes.



## **CAPÍTULO VI**

### **Dos Recursos**

Art. 41º - A receita da entidade será constituída de: a) Mensalidade da manutenção, pagas pelos sócios proprietários contribuintes e sócios contribuintes, fixada inicialmente em 2% (dois por cento) do Salário Mínimo vigente. O valor da mensalidade de manutenção será corrigido sempre que ocorrer alteração oficial no valor do salário mínimo vigente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A mensalidade deverá ser paga até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao vencido, na tesouraria da Associação, ou onde for determinado pela Diretoria. Após esse prazo, o pagamento da mensalidade será acrescido da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da mesma. O associado que atrasar o pagamento da mensalidade por 3 (três) meses será desligado da Associação. O sócio desligado da Associação por falta de pagamento da mensalidade, poderá ser readmitido, desde que efetue o pagamento de todo o seu débito, acrescido de multas, bem como pagar as taxas cobradas para ingresso na Associação. b) Mensalidades específicas, destinadas a campanhas ou projetos aprovados em Assembléia Geral, c) Rendas eventuais e donativos.

## **CAPÍTULO VII**

### **Da Dissolução e Liquidação**

Art. 42º - A Entidade será dissolvida e seu patrimônio rateado quando assim deliberar a Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada a esse fim.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A deliberação de que trata esse artigo deverá ser tomada por 2/3 (dois terços) da totalidade dos sócios proprietários-contribuintes e sócios contribuintes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A Assembléia que determinar a dissolução elegerá o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar durante a liquidação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O Patrimônio imobiliário da entidade adquirido na forma estabelecida no item 3 do Artigo 39 será alienado e seu produto rateado entre os sócios proprietários-contribuintes, na proporção do custo médio por tipo de unidade Habitacional, assim considerado a área construída e a área do terreno, como estabelecido no Parágrafo 4º deste artigo. Os demais bens integrantes do Patrimônio da entidade serão alienados e o produto da venda será rateado em partes iguais entre os sócios proprietários-contribuintes e os sócios contribuintes.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Para efeito do que dispõe o § 3º deste artigo, fica expresso que foram os seguintes os custos finais apurados das unidades habitacionais do Conjunto Habitacional:

- 1 - UNIDADE HABITACIONAL TIPO C.2.1 - Cr\$ 1.087.125,50
- 2 - UNIDADE HABITACIONAL TIPO C.3.1 - Cr\$ 1.250.755,46
- 3 - UNIDADE HABITACIONAL TIPO C.3.2 - Cr\$ 1.480.505,38
- 4 - UNIDADE HABITACIONAL TIPO CG.3.1 - Cr\$ 1.880.648,57.



Art. 43º - Os associados não respondem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Diretoria em nome da Associação.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Disposições Gerais**

Art. 44º - Este Estatuto entra em vigor nesta data, aprovado que foi em Assembléia Geral.

Art. 45º - Os casos omissos serão sanados pela Diretoria "ad-referendum" da Assembléia Geral.

Montes Claros, 06 de dezembro de 1.981.